



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

EDIANE DE MOURA LIMA

**O IMPACTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SUPERDOTADOS NO BRASIL**

MARABÁ-PA

2023

EDIANE DE MOURA LIMA

**O IMPACTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SUPERDOTADOS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências da Educação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador(a): Dra. Lucélia Cardoso Calvalcante

MARABÁ-PA

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**  
**Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares**

---

L732i Lima, Ediane de Moura  
O impacto da formação de professores e políticas públicas para a educação inclusiva de alunos superdotados no Brasil / Ediane de Moura Lima. — 2023.  
47 f.

Orientador (a): Lucélia Cardoso Cavalcante.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Marabá, 2023.

1. Superdotados - Educação. 2. Educação inclusiva. 3. Professores - Formação. 4. Política pública. 5. Prática de ensino. I. Cavalcante, Lucélia Cardoso, orient. II. Título.

---

CDD: 22. ed.: 371.95

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB2/583



UNIFESSPA | Faculdade de  
Ciências da Educação

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Instituto de Ciências Humanas  
Faculdade de Ciências da Educação  
CNPJ: 18.657.063/0001-80

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

### ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas, de forma híbrida, realizou-se a defesa de TCC do (a) discente **EDIANE DE MOURA LIMA**, vinculado (a) ao curso de **PEDAGOGIA**, sob o nº de matrícula **201940207078**, intitulado **“O IMPACTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SUPERDOTADOS NO BRASIL.”**, para obtenção de conceito na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso. Depois de declarada aberta a sessão, o (a) senhor (a) presidente deu a palavra ao (à) aluno (a) e em seguida aos examinadores para as devidas arguições, que se desenvolveram nos termos regimentais. Em seguida, a comissão examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, decidindo atribuir ao trabalho o conceito

EXCELENTE. À vista deste resultado, foi considerado (a) APROVADA na disciplina de TCC. **Observações da Banca Examinadora:**

Realizar as recomendações sugeridos pela banca.

Para constar, foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos (as) senhores (as) membros da comissão examinadora:

Marabá - PA, 20 de dezembro de 2023.

Lucélia Cardoso Cavalcante

Profa. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante (Orientadora);

Walber Costa

Prof. Dr. Walber Christiano Lima da Costa (Examinador Interno);

Terezinha Pereira Cavalcante

Profa. Dra. Terezinha Pereira Cavalcante (Examinadora Interna);

Ronilde Lima Silva

Profa. Esp. Ronilde Lima Silva (Examinadora Externa).

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, quero expressar minha profunda gratidão a Deus, que me concedeu a graça de superar os obstáculos e as dificuldades encontradas durante o curso. Sem a sua presença e a sua bênção, não teria chegado até aqui.

Em seguida, quero manifestar minha sincera gratidão aos meus pais Antonia e Pedro Ludovico, que me ofertaram tanto amor e carinho e que são meu orgulho e exemplo de vida.

Ao meu companheiro Clenilson, que me apoiou e compreendeu meus estresses e minhas faltas durante minha vida acadêmica. Agradeço por ser meu porto seguro e meu ombro amigo nos momentos de angústia e nos momentos de alegria.

Ao meu filho Apollo Victor, que é o motivo das minhas lutas diárias e o meu incentivo para buscar por uma formação acadêmica, a fim de lhe dar uma vida melhor. Apollo, você é a luz da minha vida e a razão do meu sorriso.

A toda minha família que vibraram comigo a cada conquista.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, que me deram suporte enquanto estava em aula. Agradeço em especial ao colega Roger Siqueira, pois quando pensei em desistir da faculdade (devido ao horário de aula teria que estar no serviço), encorajou-me a ir estudar e segurou “as pontas”. Muito obrigada por ser um colega solidário.

Aos meus colegas de turma, pelo companheirismo. Agradeço, pois, por diversos momentos vocês de certa maneira pegarem em minha mão nessa caminhada. Vocês foram uma família para mim e me ensinaram muito sobre a vida e sobre a educação.

Aos meus queridos professores Leticia Pantoja, Marizete, Terezinha, Walber, Davison, Tiese e Silvana por seus ensinamentos, correções, oportunidades, apoio e compreensão nos momentos em que precisei. Obrigada por serem mestres competentes e dedicados, que me transmitiram conhecimentos valiosos e me orientaram com sabedoria.

Agradeço especialmente a minha orientadora Lucélia Cavalcante pela dedicação e paciência em compartilhar seu vasto conhecimento e por ter despertado em mim o interesse pela educação especial.

*“Liberte o potencial da criança e você transformará o mundo.”  
(MONTESORRI, 2010. p. 15)*

## RESUMO

Este trabalho tem como foco avaliar necessidade da formação de professores e das políticas educacionais na promoção da inclusão escolar de alunos com altas habilidades/superdotação no Brasil. A educação inclusiva visa garantir o acesso de todos os estudantes à escola comum, mesmo que esta enfrente desafios no atendimento às necessidades desse grupo. Os alunos superdotados, com desenvolvimento notável em áreas como conhecimento, criatividade e liderança, frequentemente não são identificados ou atendidos adequadamente nas escolas, enfrentando desinteresse e discriminação. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica e análise documental sobre a relação entre a formação de professores, políticas de educação e inclusão de alunos com superdotação, políticas públicas, visando identificar a importância da formação inicial e continuada de professores para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas considerando o perfil de alunos com altas habilidades/superdotação. A metodologia adotada neste estudo consistiu em uma pesquisa bibliográfica qualitativa focada nas políticas educacionais voltadas para alunos com altas habilidades/superdotação no contexto brasileiro, com especial atenção à formação docente. Utilizou-se o Google Scholar como principal ferramenta de busca, resultando em 42.300 referências sobre superdotação, 1.640.000 sobre altas habilidades, 348.000 sobre políticas públicas e 1.770.000 sobre formação docente. A seleção criteriosa de fontes incluiu 11 publicações científicas, bem como documentos oficiais do Planalto e Ministério da Educação (MEC). Essas fontes foram essenciais para embasar a discussão acerca das oportunidades de aprimoramento na educação inclusiva no Brasil, conforme preconizado pela metodologia proposta por Sousa, Oliveira e Alves (2021). Os principais objetivos deste estudo incluem compreender conceitos, características e perfis de superdotação, analisando as políticas na área de educação especial no Brasil, e apresentando reflexões sobre a formação de professores como premissa para a garantia de direito à educação com este público de alunos. Os resultados indicam avanços nas políticas públicas ao reconhecer as necessidades dos alunos superdotados, apontamentos sobre estratégias, currículo enriquecido e serviços em educação especial que melhor atendam as necessidades específicas destes alunos, condições vinculadas à necessidade de formação inicial e continuada de professores para assegurar a escolarização qualificada dos alunos com altas habilidades/superdotação. Com a análise sobre a literatura relacionada ao tema, evidenciou-se que a questão do diagnóstico desses casos de alunos, ainda é um desafio. Além de lacunas na formação de professores. Contudo, identifica-se que a colaboração entre escolas, professores e famílias é fundamental neste processo de criação de um ambiente inclusivo. A sensibilidade na inclusão de alunos superdotados, evitando estereótipos, é essencial para alcançar o potencial máximo desses indivíduos. Este estudo contribui para ampliar o debate sobre a educação inclusiva de alunos superdotados e busca subsidiar propostas formativas, haja vista que ainda há um caminho a ser percorrido para uma educação verdadeiramente inclusiva deste grupo, exigindo a coordenação de esforços na educação.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Superdotação; Políticas Públicas Educacionais; Formação de Professores; Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas

## ABSTRACT

This study focuses on assessing the need for teacher training and educational policies to promote the school inclusion of students with high abilities/giftedness in Brazil. Inclusive education aims to ensure access for all students to regular schools, even though these may face challenges in meeting the needs of this group. Gifted students, with outstanding development in areas such as knowledge, creativity, and leadership, are often not identified or adequately addressed in schools, facing disinterest and discrimination. This study is a literature review and documentary analysis concerning the relationship among teacher training, education policies, the inclusion of gifted students, and public policies. The aim is to identify the significance of both initial and ongoing teacher education in promoting inclusive pedagogical practices, taking into account the characteristics of students with high abilities/giftedness. The methodology adopted in this study consisted of qualitative bibliographic research focused on educational policies for students with high abilities/giftedness in the Brazilian context, with special attention to teacher training. Google Scholar was used as the main search tool, resulting in 42,300 references on giftedness, 1,640,000 on high abilities, 348,000 on public policies, and 1,770,000 on teacher training. The careful selection of sources included 11 scientific publications as well as official documents from the Planalto and Ministry of Education (MEC). These sources were essential to support the discussion about opportunities for improvement in inclusive education in Brazil, as proposed by the methodology of Sousa, Oliveira, and Alves (2021). The main objectives of this study include understanding the concepts, characteristics, and profiles of giftedness, analyzing policies in the special education field in Brazil, and providing reflections on teacher training as a premise for ensuring the right to education for this student population. The results indicate progress in public policies in recognizing the needs of gifted students, pointing out strategies, enriched curriculum, and special education services that better meet the specific needs of these students, conditions linked to the need for initial and ongoing teacher training to ensure the qualified schooling of students with high abilities/giftedness. With the analysis of literature related to the topic, it was evident that the diagnosis of these cases of students is still a challenge, along with gaps in teacher training. However, it is identified that collaboration between schools, teachers, and families is fundamental in creating an inclusive environment. Sensitivity in the inclusion of gifted students, avoiding stereotypes, is essential to achieve their maximum potential. This study contributes to expanding the discussion on inclusive education for gifted students and seeks to support formative proposals, considering that there is still a long way to go for a truly inclusive education for this group, requiring coordinated efforts in education.

**Keywords:** Inclusive Education; Giftedness; Educational Public Policies; Teacher Training; Development of Pedagogical Practices.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>CONCEITOS IMPORTANTES SOBRE SUPERDOTAÇÃO</b>	<b>12</b>
	3.1 Conceito e características	12
	3.2 Tipos e modelos de superdotação	13
<b>4</b>	<b>LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE SUPERDOTAÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>5</b>	<b>FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES</b>	<b>23</b>
	5.1 Formação inicial	24
	5.2 Formação continuada	25
<b>6</b>	<b>DESAFIOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA TRABALHAR COM ALUNOS SUPERDOTADOS</b>	<b>28</b>
	6.1 Desafios para identificação, atendimento e inclusão dos superdotados	28
	6.2 Desafios da formação continuada aplicada a Educação Especial	30
	6.3 Práticas pedagógicas e estratégias inclusivas de ensino para superdotados	33
<b>7</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>35</b>
<b>8</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>41</b>
<b>9</b>	<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um paradigma que busca garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola comum, respeitando suas diferenças e potencialidades (Aranha, 2004). Dentre os alunos que se beneficiariam desse modelo, estão os superdotados, que possuem necessidades específicas em sua aprendizagem.

Nesse contexto, os alunos superdotados apresentam notável desenvolvimento em áreas como conhecimento, criatividade e liderança, requerendo serviços educacionais especializados (Moreira, 2012). No entanto, muitos deles não são devidamente identificados ou atendidos nas escolas regulares, enfrentando desinteresse, desmotivação e até mesmo discriminação (Almeida e Capellini, 2005).

Apesar dos avanços nas políticas públicas relacionadas à educação inclusiva, ainda existem lacunas significativas no atendimento às necessidades específicas desse grupo de alunos (Almeida e Capellini, 2005). A formação adequada de professores desempenha um papel crucial na promoção de práticas pedagógicas inclusivas (Brito, 2021).

Diante desse cenário, o presente trabalho se propõe questionar e aprofundar a discussão sobre o impacto da formação de professores e políticas educacionais para a inclusão escolar de alunos superdotados no Brasil.

Para guiar essa discussão, é necessário entender como as políticas públicas brasileiras e a formação de professores abordam as necessidades de alunos superdotados e com altas habilidades e que oportunidades de melhoria existem para promover uma educação inclusiva e eficaz para esse grupo.

Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, a qual revisa a literatura científica sobre o tema e analisa as principais definições conceituais das características e perfis de superdotação, as políticas públicas da área de educação especial e as diretrizes curriculares nacionais que orientam a formação docente no Brasil, com o direcionamento do olhar sobre a formação inicial e continuada oferecida aos docentes no país e os principais desafios e práticas pedagógicas para trabalhar com os indivíduos superdotados.

Este estudo inicia-se com uma análise aprofundada dos principais conceitos relacionados à altas habilidades/superdotação, incluindo a descrição de suas

características, tipos e modelos, fundamentados em trabalhos e autores de referência na área. Em seguida, explora-se a legislação brasileira para compreender os principais dispositivos legislativos e políticas públicas criados até o momento para atender a esse grupo específico de indivíduos. A discussão é então complementada ao abordar a formação inicial e continuada dos professores, examinando como essa formação se reflete em desafios e práticas pedagógicas voltadas para a identificação, atendimento e implementação de estratégias inclusivas para pessoas com altas habilidades/superdotação no contexto de um aprendizado adaptado às características intrínsecas desses indivíduos.

O presente trabalho se justifica uma vez que existe uma relevante importância de garantir uma educação inclusiva para todos os alunos, incluindo aqui, aqueles com altas habilidades ou superdotação. Haja vista que mesmo com os avanços nas políticas públicas, que serão expostos neste trabalho, ainda existem significativos desafios para se trabalhar com esse público específico de alunos.

A escolha desse tema se baseia na importância de garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, incluindo aqueles com altas habilidades e superdotação.

Embora haja avanços nas políticas públicas relacionadas à educação inclusiva, ainda existem lacunas significativas no desenvolvimento do trabalho pedagógico para o atendimento às necessidades específicas desse grupo de alunos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96), no artigo 59, garante dentre outros direitos:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

A legislação garante, porém, não dá condições para que isso ocorra de fato, os professores encontram-se despreparados para atender as demandas específicas na aprendizagem destes alunos.

O estudo, tem como objetivo geral: Investigar como as políticas públicas brasileiras na área de educação especial e a formação de professores abordam as necessidades de alunos com altas habilidades/superdotação, identificando oportunidades de melhoria para promover uma educação inclusiva e eficaz para esse

grupo. E como objetivos específicos: a) Sistematizar os principais conceitos, características e modelos sobre altas habilidades e superdotação; b) Analisar as políticas públicas vigentes no Brasil relacionadas à inclusão de alunos superdotados e identificar como essas políticas são implementadas no contexto educacional; c) Investigar a formação inicial e continuada de professores, destacando a inclusão de conteúdos relacionados às altas habilidades/superdotação, bem como as práticas pedagógicas adotadas para atender a esse grupo de alunos. d) Averiguar o impacto das políticas públicas e da formação de professores na educação inclusiva de alunos superdotados, identificando desafios, lacunas e melhores práticas que podem ser aplicadas para aprimorar a qualidade do ensino para esses alunos.

A formação adequada de professores desempenha um papel crucial na promoção de práticas pedagógicas inclusivas que atendam a esses alunos de maneira eficaz. Apesar de se aprofundar nas especializações e pós-graduações, o assunto ainda é pouco discutido na graduação básica dos professores o que gera uma lacuna de conhecimento dos docentes de como lidar com esses alunos nas atividades de docência.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre a educação inclusiva de alunos com superdotação e para subsidiar a elaboração de propostas formativas que atendam às necessidades desses estudantes e dos seus professores.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização do levantamento bibliográfico que compõe este trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa, que possibilitou uma revisão de literatura científica sobre a temática, abrangendo as políticas educacionais que orientam a formação docente no Brasil e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

A pesquisa bibliográfica ocorreu entre o período de novembro de 2022 e julho de 2023, e para compor as fontes primárias, utilizadas neste trabalho, foi utilizada como fonte de busca, para os artigos e outros documentos acadêmicos sobre o assunto, a base de dados acadêmicos do Google Scholar utilizando nas buscas de trabalhos relevantes as seguintes palavras-chave: superdotação, altas habilidades, políticas públicas, formação docente.

Com essas diretrizes, o resultado da pesquisa retornou 42.300 resultados relacionados a palavra-chave Superdotação, 1.640.000 resultados relacionados ao termo altas habilidades, 348.000 resultados relacionados a políticas públicas e 1.770.000 resultados relacionados a formação docente.

Com base nos resultados fornecidos pela busca automática do Google Scholar, os trabalhos selecionados para compor as fontes primárias e secundárias desta discussão deveriam atender aos seguintes: (a) os materiais deveriam estar diretamente relacionados ao tema da capacitação de professores e/ou políticas públicas para alunos superdotados.; (b) preferência a fontes recentes (dos últimos 10 anos), podendo também fazer a inclusão fontes mais antigas que possam oferecer uma visão histórica sobre o tema; (c) priorizou-se o uso de materiais de fontes de alta qualidade científica como: dissertações, teses e artigos científicos, preferencialmente de revistas e repositórios que realizam revisão por pares. (d) sites, revistas, entrevistas e outros documentos que não têm rigor científico na publicação podem ser utilizados desde-que consigam trazer uma visão, mesmo que parcial, da situação dos indivíduos superdotados, seus familiares ou docentes que possam compartilhar experiências e vivências deles na atividade de ensino, e que possam contribuir para a discussão deste trabalho.

A pesquisa bibliográfica também contou com o uso de documentos oficiais relacionados à legislação vigente em particular direcionada aos indivíduos com altas

habilidades ou superdotação. Estes documentos foram obtidos por meio de pesquisa direto no portal do Planalto que contém um extenso banco de dados de todas as portarias, decretos e leis brasileiras.

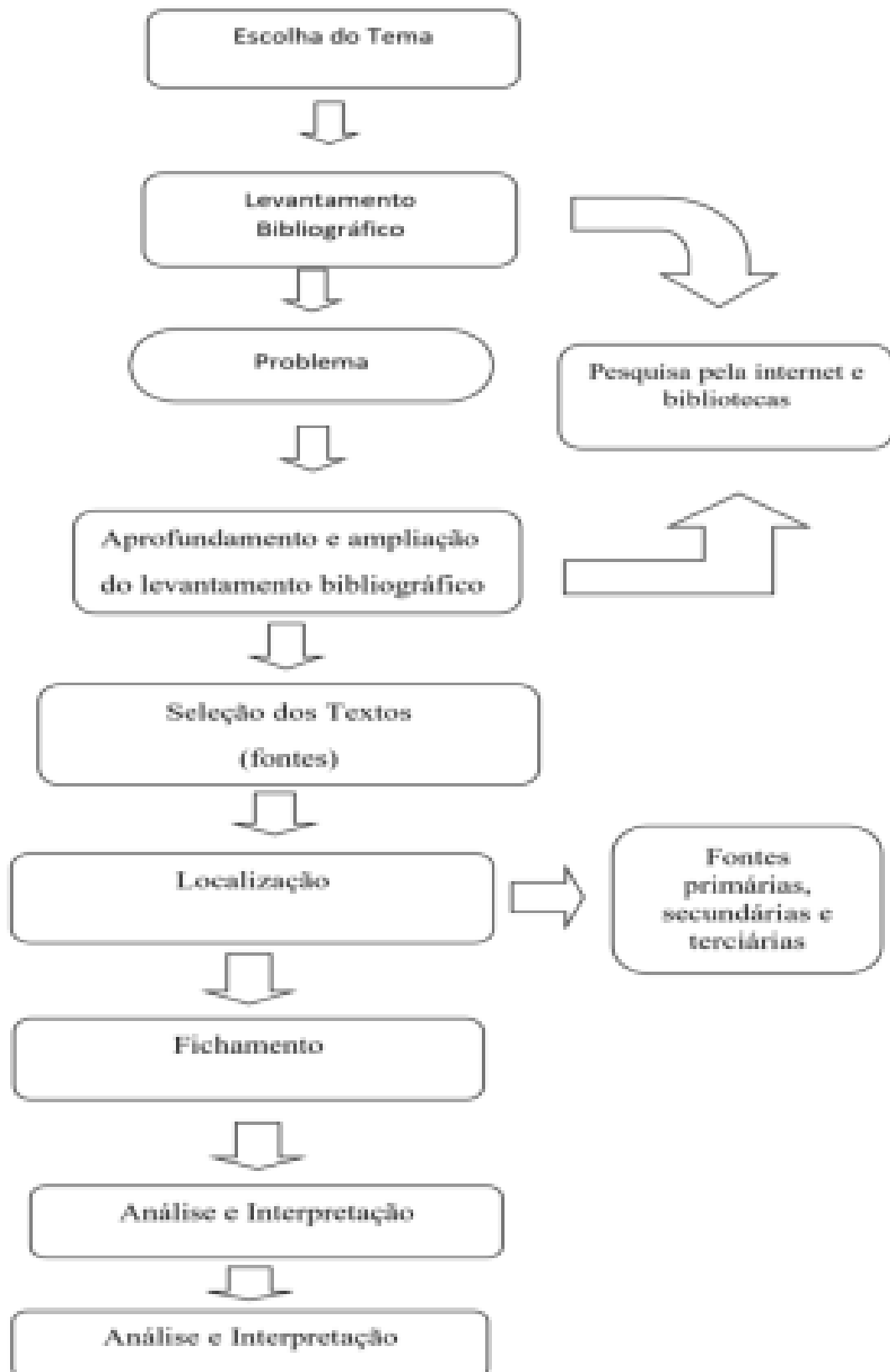
Além disso, contou-se com materiais oficiais produzidos pelo Ministério da Educação – MEC, também encontrados no site oficial do governo através do portal do MEC. Nele foram obtidos diversos materiais como cartilhas, manuais e outras orientações diretamente publicadas com o foco em instruir docentes na melhor condução de indivíduos com altas habilidades ou superdotação.

Atendendo a todos esses critérios de pesquisa, delimitou-se como principais fontes iniciais para compor este trabalho: 11 publicações em revistas científicas, 15 artigos publicados em eventos, 4 monografias, 2 dissertações de mestrado, 2 teses de doutorado além de 9 documentos oficiais do Portal Planalto/GOV e MEC.

Após a conclusão da pesquisa bibliográfica, conduziu-se uma discussão baseada em todos os documentos e outros materiais consultados para a confecção desse trabalho, a fim de analisar as políticas públicas existentes e a formação de professores para identificar oportunidades de melhoria e contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa no Brasil.

Para essa discussão, utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica sintetizada de acordo com o método de Sousa, Oliveira e Alves (2021) utilizando as etapas descritas na figura abaixo.

Figura 1- Fluxograma de atividades em pesquisas bibliográficas.



Fonte: Sousa, Oliveira e Alves (2021) adaptado de Gil (2002); Lakatos e Marconi (2003)

### 3 CONCEITOS IMPORTANTES SOBRE SUPERDOTAÇÃO

A superdotação é um fenômeno que desperta interesse e curiosidade na sociedade, uma vez que envolve pessoas que se destacam por suas altas habilidades em diferentes áreas do conhecimento ou do comportamento.

No entanto, é uma condição que se caracteriza por um desenvolvimento intelectual que remete desafios para a educação, tendo em vista que esta requer uma identificação adequada e atendimento especializado para o desenvolvimento pleno do potencial desses indivíduos, e isso ocorreria de forma mais fácil se os educadores (pais e mestres) soubessem seu conceito e conseguissem desmistificar os equívocos por trás das terminologias associadas a termos como gênio, prodígio e precoce, por exemplo.

Cada uma dessas palavras carrega consigo uma implicação diferente para lidar com as necessidades educacionais específicas desses alunos, como veremos ao longo deste trabalho, estas palavras portam conotações que lembram a figura do super-herói.

Nesse sentido, a presente seção abordará a respeito do conceito sobre superdotação, seus tipos e modelos no objetivo de atender a este público específico.

#### 3.1 Conceito e características

O conceito de superdotação é complexo e multidimensional, uma vez que não se baseia apenas em um critério único ou em uma medida de inteligência (Sternberg, 1985; Gardner, 1983; Gardner, 2000). Segundo o Conselho Brasileiro de Superdotação (CONBRASD),

[...] superdotados são pessoas que “apresentam um funcionamento intelectual significativamente superior ao da média da população, com manifestação de pelo menos uma das seguintes habilidades: capacidade de liderança; talento especial para artes; habilidade psicomotora; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse” (Conbrasd, 2019).

Para Moreira (2012), embora alguns autores, nas diferentes línguas, continuem utilizando o termo Super Dotado para referir um conceito e talentoso para outro, é cada vez maior a convergência quando a que as altas habilidades e



superdotação podem existir em qualquer área de inteligência (ou qualquer uma das inteligências).

A legislação brasileira, por meio da Política Nacional de Educação Especial, define pessoas com altas habilidades ou superdotação como aquelas que “demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual; acadêmica; liderança; artes; psicomotricidade, entre outras” (Brasil, 2008).

Há, no Brasil, um estereótipo social de que não existem muitos superdotados (Silva, Luz e Negrini, 2023). Estima-se que aproximadamente 5% da população brasileira tenha altas habilidades ou superdotação, o que equivale a cerca de 10 milhões de pessoas (Conbrasd, 2019), embora estimativas variem (Silva, Luz e Negrini, 2023). No entanto, este número é subnotificado, requerendo um atendimento educacional especializado (Silva, Luz e Negrini, 2023). Em contrapartida, há uma dificuldade na identificação, no desenvolvimento de práticas inclusivas e orientações para o atendimento educacional especializado (Silva, Luz e Negrini, 2023).

No contexto educacional, há inúmeros desafios que os alunos altas habilidades ou superdotação enfrentam com a falta de reconhecimento e valorização de suas potencialidades; falta de professores capacitados e sensibilizados para lidar com suas especificidades; falta de materiais e recursos pedagógicos adequados e diversificados; falta de oportunidades e incentivos para expressar sua criatividade e originalidade; falta de orientação e apoio para o desenvolvimento pessoal e profissional (Virgolim, 2007).

A superdotação não é um privilégio, mas uma característica humana que requer educação especializada para desenvolver plenamente o potencial dos indivíduos (Seesp/Mec, 2006).

Nesse sentido, faz-se necessário a discussão a respeito dos tipos e modelos de superdotação, para que possamos entender onde encaixar novas ferramentas e materiais para identificação e adaptação dos métodos de ensino para os indivíduos com altas habilidades ou superdotação.

### **3.2 Tipos e modelos de superdotação**

A superdotação, fenômeno que interessa à sociedade e à mídia, e essa última, geralmente divulga as histórias de crianças e jovens com capacidades excepcionais

em alguma área do conhecimento (Virgolim, 2007). Essa divulgação, por vezes preconceituosas ou até fantasiosas sobre a realidade dos indivíduos com altas habilidades ou superdotação, torna necessária a discussão a respeito dos tipos e modelos de superdotação, uma vez que existem divergências teóricas e estereótipos sobre o que é ser superdotado.

Antipoff e Campos (2010) analisam, em seu artigo “Superdotação e seus mitos”, os principais mitos que permeiam a área da superdotação. E segundo as autoras, é possível que esses equívocos sejam causados pelas diversas concepções teóricas a respeito do tema.

Para Almeida e Capellini (2005), o conceito de superdotação tem sofrido modificações de acordo com a época e o contexto sociocultural. Por muitos anos, os cientistas definiram crianças superdotadas baseando-se na relação entre habilidades superior e capacidade intelectual.

Dessa forma, com o objetivo de compreender a superdotação, propõe-se uma classificação baseada na intensidade do seu nível de expressão, conforme a classificação trazida por Virgolim (2007) na obra “Encorajando Potenciais”.

Sendo assim, apresentaremos ao longo do texto a diferença entre habilidade superior, precocidade, prodígio e genialidade, entendendo-os como níveis de um mesmo fenômeno.

A habilidade superior pode ser definida como a capacidade acima da média em uma ou mais áreas do conhecimento, avaliada por testes de inteligência ou outros instrumentos (Virgolim, 2007).

Geralmente, essa habilidade superior é associada aos superdotados que tem maior habilidade acadêmica, visto que são aplicados, por exemplo, testes de QI (Virgolim, 2007). Apesar de a habilidade superior ser geralmente associada a pessoa superdotada, geralmente relativa a um estereótipo de que as pessoas com altas habilidades possuem sempre excelente desempenho acadêmico, cabe a observação de Moreira (2018):

A AH/SD não se resume apenas habilidades acadêmicas. Gardner (1995, 2001) aponta que os indivíduos apresentam oito inteligências, que são: corporal cinestésica, musical, linguística, lógico-matemática, espacial, interpessoal, intrapessoal e naturalista, sendo que mais uma está em processo de estudo, a existencial. Estas inteligências, conforme o autor, na maioria das pessoas, funcionam combinadas e a resolução de algumas atividades poderá envolver uma fusão de várias delas (Moreira, 2018, p.13).

Com isso, vale ressaltar que o superdotado não possui apenas habilidades e desempenho acadêmico elevados, mas ele também pode evidenciar um desempenho elevado em todas as oito inteligências citadas por Moreira (2018).

Outra característica notável é a precocidade. Esta, por sua vez, seria o desenvolvimento antecipado de alguma capacidade específica em uma área do conhecimento, como na música, na matemática, nas artes, na linguagem, nos esportes ou na literatura.

É importante citar aqui a observação feita por Virgolim (2007) no sentido de que a precocidade não é necessariamente uma regra entre o desenvolvimento e aprendizagem das pessoas com altas habilidades/superdotação:

Crianças superdotadas, para Winner (1998) são precoces. Elas progredem mais rápido do que as outras crianças por demonstrarem maior facilidade em uma área do conhecimento. No entanto, Freeman e Guenther (2000) alertam para o fato de que nem todos os adultos que se tornaram eminentes foram crianças precoces (Virgolim, 2007, p.23).

O conceito de prodígio, por sua vez, é geralmente atribuído a criança precoce que tem um desempenho impressionante em algum domínio cognitivo específico, comparável ao de um adulto profissional. Segundo Virgolim (2007);

[...] os prodígios são, como um todo, especialistas extremos, especialmente bem sintonizados a um campo particular do conhecimento, demonstrando um domínio rápido e aparentemente sem esforço. Embora os prodígios possam ser ou não talentosos no sentido de uma perícia intelectual mais generalizada, não demonstram desempenho extraordinário por várias áreas. Sendo precoce, o prodígio revela uma tenacidade no seu envolvimento com sua área de talento, sendo este aspecto absolutamente necessário para sua expressão, satisfação e bem-estar (Virgolim, 2007, p. 24).

A genialidade, por sua vez, pode ser compreendida como a expressão máxima da superdotação, uma vez que envolve um alto nível de habilidade e uma contribuição original e significativa para a humanidade.

Justamente por esse motivo, alguns pesquisadores sugerem que o termo 'gênio' seja reservado para as pessoas que deram contribuições originais e de grande valor à humanidade em algum momento histórico. Os gênios, portanto, são os grandes realizadores da humanidade, com conhecimento e capacidade ilimitados, pessoas extremamente excepcionais e singulares. São escassas as pessoas que alcançam esses patamares (Virgolim, 2007; Almeida e Capellini, 2005)

A precocidade, por exemplo, nem sempre indica sucesso futuro ou uma vida adulta eminente. Até os gênios, que são os maiores realizadores da humanidade, nem sempre foram reconhecidos ou valorizados pela sociedade, podendo ter dificuldades e incompreensões (Vicent Van Gogh, Aleijadinho, Edgar Allan Poe, Franz Schubert e Oscar Wilde, por exemplo, podem ser citados neste caso).

Atualmente a definição brasileira vigente considera os educandos com altas habilidades ou superdotação aqueles que apresentam facilidade de aprendizagem que os conduza a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (Brasil, 2008).

Essa definição enfatiza a rapidez de aprendizagem e a facilidade com que esses sujeitos se engajam em sua área de interesse, e é vantajosa porque destaca aspectos importantes: a) a pluralidade de áreas do conhecimento humano em que uma pessoa possa se sobressair; b) a relação das altas habilidades com o desempenho evidenciado e a potencialidade em vir a evidenciar um desempenho notável; e c) a modificação da superdotação no desenvolvimento do sujeito (Virgolim, 2007).

Além das terminologias e definições, é relevante compreender os fatores que influenciam o desenvolvimento da superdotação. Para Feldhusen (1997) um dos fatores é a interação entre a genética e o ambiente.

Segundo Feldhusen (1997), um dos renomados pesquisadores da área de superdotação no cenário mundial, os talentos de uma pessoa emergem da combinação entre uma habilidade geral conferida por disposição genética e as experiências no lar e na escola, os estilos de aprendizagem e os interesses e motivações singulares de cada aluno.

Apesar de não dispomos de ferramentas para prever toda a extensão em que as potencialidades de uma criança serão desenvolvidas, nem tão pouco, detemos conhecimento dos genes responsáveis pela inteligência, sabemos que, se proporcionarmos oportunidades adequadas para a criança satisfazer sua curiosidade sobre o ambiente que a circunda, seu potencial genético poderá conduzi-la a se desenvolver conforme suas capacidades (Feldhusen, 1997).

Logo, o que está em nosso alcance é o fornecimento de um ambiente enriquecido e estimulador, estes por sua vez, possibilitam que a criança seja um participante ativo do seu próprio desenvolvimento (Virgolim, 2007; Fraga e Gomes, 2023).

O desenvolvimento das potencialidades dos alunos não depende apenas do currículo ou de um ambiente enriquecido, estes são apenas parte do processo. É necessário conceder a oportunidade aos alunos deste público-alvo em criar experiências cristalizadoras (Virgolim, 2007).

As experiências cristalizadoras são momentos que marcam a vida de uma pessoa superdotada e que acendem sua paixão por um campo específico do saber. Elas podem surgir a qualquer tempo, mas costumam se dar na infância ou na juventude. Podem ser desencadeadas por uma situação, uma pessoa, um livro, uma música ou qualquer outra coisa que tenha um valor especial para o sujeito. (Virgolim, 2007).

Esses momentos são íntimos e secretos; muitas vezes o sujeito os mantém só para si e, depois de muito tempo, se dá conta deles. Eles podem influenciar profundamente o rumo da vida de uma pessoa superdotada, fazendo-a se empenhar fortemente na sua área de talento e a buscar novos desafios e chances de aprender (Virgolim, 2007).

Como são imprevisíveis, as experiências cristalizadoras não podem ser programadas ou provocadas por outrem. Porém, do ponto de vista pedagógico, é aconselhável que a criança tenha contato desde cedo com materiais que possam estimulá-la a investigar um domínio específico e a desenvolver seu potencial criativo e produtivo (Virgolim, 2007).

Segundo Deos e Rocha (2023, p. 6), atualmente “o Ministério da Educação (MEC) utiliza as teorias de Joseph Renzulli para orientar o sistema educacional”. As autoras esclarecem ainda que “Renzulli, é um dos mais importantes e reconhecidos pesquisadores sobre a temática das Altas habilidades ou superdotação no mundo e é autor da Teoria dos Três Anéis da Superdotação”.

Renzulli (2004) usa o termo 'superdotado' como um adjetivo, em uma perspectiva desenvolvimental. Dessa forma, o autor constrói sua teoria sobre o desenvolvimento de comportamentos de superdotação em áreas específicas da aprendizagem e expressão humanas, em vez de compreender a palavra 'superdotado' como uma forma de ser. Segundo ele, essa orientação tem permitido a muitos alunos oportunidades para desenvolverem altos níveis de realização criativa e produtiva que, de outro modo, teriam sido negadas pelos modelos tradicionais dos programas especiais (Virgolim, 2007; Almeida e Capellini, 2005; Fraga e Gomes, 2023; Santos *et al.*, 2023).

O modelo proposto por Renzulli (2004) afirma que a superdotação surge da combinação de três traços, são eles: habilidade acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade. E tem algumas implicações práticas. Uma delas é que nenhum dos traços é mais importante que o outro e nem todos precisam estar presentes ao mesmo tempo, ou na mesma quantidade, para que os comportamentos de superdotação apareçam. Outra implicação é que nem sempre a criança tem este conjunto de traços desenvolvidos igualmente, mas se lhe forem dadas oportunidades, poderá desenvolver amplamente seu potencial.

Fica claro, até aqui, que a superdotação é uma condição multifacetada, que não pode ser simplesmente definida por uma única medida de inteligência. Agora, avançaremos nossa exploração sobre o tema abordando outro ângulo extremamente importante, a legislação e as políticas públicas existentes para lidar com indivíduos de altas habilidades ou superdotação. Este é um passo essencial para compreender como a sociedade aborda essa população excepcional e como podemos melhorar o suporte educacional e social que lhes é oferecido.

#### 4 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE SUPERDOTAÇÃO

A análise das abordagens legais e das políticas públicas é fundamental para compreender como o tema das altas habilidades ou superdotação tem sido tratado.

Nesse sentido, Antipoff e Campos (2010) destacam a importância de examinar não apenas o que está registrado nas leis, mas também como essas diretrizes se traduzem em ações concretas.

Embora as diretrizes legais e os Parâmetros Curriculares já tenham contemplado os alunos com altas habilidades por algumas décadas, a prática revela que a mera existência de leis não é suficiente para abordar de maneira adequada a superdotação. É imprescindível ir além do que está definido no papel e implementar medidas práticas, como a conscientização nas escolas e comunidades, a oferta de cursos de capacitação contínua para professores, e a realização de palestras informativas, a fim de combater mitos e equívocos (Antipoff; Campos, 2010, v. 14, p. 301).

Os estereótipos que permeiam o campo da superdotação e altas habilidades provocam consequências que vão além de desinformar, eles também prejudicam as crianças e adolescentes que necessitam do desenvolvimento de suas habilidades, uma vez que podem contribuir para a dificuldade no atendimento desse público. Para Santos et al. (2023, p. 23)

A inclusão escolar de estudantes que apresentam comportamento de Altas habilidades ou superdotação (AH/SD) configura-se como uma barreira complexa, pois o termo “inclusão” geralmente está associado, de maneira restrita, a pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Já que ainda persiste a ideia de que estudantes AH/SD não necessitam de atenção diferenciada, pois já possuem uma condição privilegiada (Santos et al. 2023, p. 23).

Nesse sentido, Monteiro e Amaral (2023, p.73) entendem que “é fundamental compreendermos que a educação e o ensino devem ser prospectivos e emancipatórios, orientados para as possibilidades de desenvolvimento futuro.

Segundo Moreira (2018), a legislação brasileira considera as pessoas com comportamentos de altas habilidades como pessoas com necessidades educacionais especiais:

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), as Pessoas com Altas habilidades ou superdotação (AH/SD) são pessoas com necessidades educacionais especiais. O art. 5º consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que durante o processo educacional apresentarem: III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (Moreira, 2018, p.14).

Deos e Rocha (2023, p. 4-5) esclarecem que Educação Inclusiva e Educação Especial não são sinônimos, apesar de serem conceitos que podem ser associados. Os autores entendem que: “Educação Inclusiva é um paradigma educacional que deve abranger todo o sistema educativo. Já a Educação Especial é uma modalidade de ensino que se efetua, por meio do atendimento educacional especializado”.

Neste trabalho, identificamos os principais documentos que regulamentam o atendimento aos estudantes com altas habilidades ou superdotação no Brasil. Esses documentos incluem o Parecer CNE/CEB 17/2001 e a Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Além disso, a Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 define as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade de Educação Especial. Complementando essas diretrizes, o Ministério da Educação elaborou a Diretriz Específica para o Atendimento de Estudantes com AH/SD em 2009.

Esses documentos têm como objetivo principal orientar os sistemas de ensino sobre como oferecer uma educação de qualidade aos estudantes com altas habilidades/superdotação, levando em consideração suas características e necessidades específicas. Eles também estabelecem critérios para a identificação desses alunos e delineiam as modalidades de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que devem ser disponibilizadas para atender às suas necessidades educacionais.

O Parecer CNE/CEB Nº 17/2001 e a Resolução CNE/CEB Nº 2/2001 estabelecem os princípios, as diretrizes e as normas para a organização da educação especial na educação básica, incluindo a sala de recursos como um espaço de atendimento complementar ou suplementar à classe regular.

A Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 define o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado - AEE como aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou



combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. Esses documentos também autorizam a dupla matrícula dos estudantes com altas habilidades/superdotação, tanto na classe regular como no AEE, fazendo jus à verba duplicada do FUNDEB, se registrado no Censo Escolar do INEP anualmente (Brasil, 2009).

A Diretriz Específica para o Atendimento de Estudantes com Altas habilidades ou superdotação orienta os sistemas de ensino sobre as diferentes ações educativas voltadas às características das altas habilidades ou superdotação, como o enriquecimento da aprendizagem, o estímulo à criatividade e o desenvolvimento de projetos. Ela também apresenta uma proposta de matriz curricular para a formação de educadores, especialistas em educação e demais profissionais que atuarão com esse público nos sistemas de ensino.

O serviço de atendimento educacional especializado (SAEE) é uma modalidade de educação especial que busca garantir o acesso ao currículo e o desenvolvimento dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, público-alvo da educação especial, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil, 2009). Para isso, o SAEE utiliza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a participação plena dos alunos, complementando e/ou suplementando a sua formação para a autonomia e independência na escola e na sociedade (Brasil, 2009). O SAEE é ofertado em diversos níveis, começando pela educação infantil e permeando os demais níveis de ensino: fundamental, médio, superior e EJA.

Para Fraga e Gomes (2023), o Atendimento Educacional Especializado deve estar presente inclusive no PPP da escola, para detalhar de que maneira esse atendimento será prestado ao público da Educação Especial:

(...) o AEE deve estar garantido no Projeto Político-Pedagógico da escola e detalhar quanto à matrícula de alunos no atendimento, ao cronograma de atendimento, à necessidade de outros profissionais da educação e/ou que atuem no apoio, além de envolver a participação da família e buscar parcerias com outros serviços, órgãos e instituições, visando ao acesso e à permanência efetiva de todos os educandos público da Educação Especial (Fraga e Gomes, 2023, p. 34-35).

Fica claro até este ponto a importância crucial das legislações e políticas públicas relacionadas às altas habilidades e superdotação.

Estas diretrizes fornecem o alicerce fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para os alunos com altas habilidades. No entanto, também reconhecemos que a mera existência dessas normativas não é suficiente. É necessário que sejam traduzidas em ações concretas para enfrentar os estereótipos e desafios que ainda persistem.

Agora, avançaremos o raciocínio nos aprofundando na relevante questão da formação inicial e continuada de professores que desempenharão um papel essencial no ensino e suporte desses alunos com altas habilidades/superdotação. Esta transição é fundamental, pois destaca a necessidade de preparar adequadamente os profissionais da educação para atender às demandas desses estudantes excepcionais e garantir que as políticas se transformem em práticas eficazes.

## 5 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES

Uma educação transformadora requer um esforço conjunto entre pais, professores e alunos. No que diz respeito ao ambiente educacional, é importante que sejam ofertadas todas as oportunidades para que o aluno possa se desenvolver da melhor forma possível, principalmente levando em consideração as dificuldades e desafios da Educação Especial (Moreira, 2012).

A criação dessas oportunidades perpassa por diversos fatores. Um deles, é o processo de ensino e aprendizagem sendo guiado por um professor atualizado em questões didáticas e curriculares. Nesse sentido, a formação continuada de professores é um processo fundamental para garantir a qualidade e atualidade da educação básica e o desenvolvimento dos estudantes. O processo de formação envolve duas dimensões: a formação inicial e a formação continuada.

A formação inicial é aquela que habilita o profissional para o exercício do magistério na educação básica. Ela pode ser realizada em cursos superiores de licenciatura, que devem seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

Esses documentos orientam os currículos dos cursos de formação inicial, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define as aprendizagens essenciais para os estudantes da educação básica.

A formação continuada, por sua vez, é aquela que ocorre após a formação inicial, ao longo da carreira docente, visando ao aperfeiçoamento dos conhecimentos e das habilidades necessários às atividades dos profissionais da educação.

Ela pode ser realizada por meio de cursos de pós-graduação, extensão, atualização ou capacitação, oferecidos por instituições de ensino superior, secretarias de educação ou outras entidades. A formação continuada também deve estar articulada com a BNCC e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

A formação inicial e a continuada são complementares, indissociáveis e imprescindíveis, pois ambas contribuem para o desenvolvimento profissional e

peçoal dos professores, bem como para a melhoria da prática pedagógica e do processo de ensino-aprendizagem (Brito, 2021).

Por isso, é importante que a formação de professores seja vista como uma política pública prioritária e como um compromisso coletivo entre os diferentes agentes educacionais em um esforço contínuo de aprimoramento dos docentes envolvidos neste processo.

### **5.1 Formação inicial**

A formação inicial de professores é um processo fundamental para a qualificação dos profissionais da educação, que devem estar preparados para atuar em uma escola inclusiva, que acolha e respeite a diversidade dos alunos. Neste sentido, a formação de professores é uma premissa fundamental para a garantia de condições para a inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial (Antipoff e Campos, 2010).

Os alunos com altas habilidades ou superdotação são os que demonstram alto grau de desenvolvimento em uma ou mais áreas do conhecimento, da criatividade ou da liderança, e segundo Almeida de Capellini (2005), requerem serviços educacionais diferenciados para atender às suas demandas de aprendizagem. No entanto, muitos desses alunos não são identificados ou atendidos adequadamente, nas escolas regulares, sofrendo com o desinteresse, a desmotivação, o isolamento ou a discriminação.

Em parte, isso acontece por falta de conhecimento dos docentes de como identificar adequadamente, esta população com altas habilidades/superdotação, e em parte por falta de políticas públicas e/ou recursos que ajudem os docentes a trabalhar esses alunos de forma adequada como já é amplamente previsto em legislações e nas Diretrizes Específicas para o Atendimento de Estudantes com Altas habilidades (Almeida e Capellini, 2005).

Diante desse cenário, questiona-se: como formar os professores para que possam incluir os alunos com altas habilidades/superdotação em suas práticas pedagógicas? Além disso, quais são os saberes e as competências necessários para uma educação de qualidade para esta população?

Segundo o Ministério da Educação (2019), a proposta de atendimento educacional especializado para os alunos com altas habilidades ou superdotação tem

como objetivo formar professores e profissionais da educação para a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação, oportunizando a construção do processo de aprendizagem e ampliando o atendimento, com vistas ao pleno desenvolvimento das potencialidades desses alunos.

Para isso, é preciso que os cursos de formação inicial de professores contemplem em seus currículos uma disciplina sobre educação especial e educação inclusiva, que aborde os conceitos, as políticas e as práticas pedagógicas relacionadas aos alunos com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2019).

Além disso, é necessário que os professores em formação tenham oportunidades de vivenciar experiências práticas em contextos inclusivos, que possibilitem o contato direto com esses alunos e suas famílias (Ministério da Educação, 2019).

No entanto, como apontam Torres e Mendes (2019), uma disciplina nos cursos de formação docente que aborde questões relativas à educação especial e à educação inclusiva não dá conta da complexidade e da abrangência dos temas.

Torres e Mendes (2019) afirmam que é preciso repensar a abordagem e a significância dadas a essas disciplinas, bem como promover espaços de reflexão crítica e colaborativa entre os futuros professores.

Nesse sentido, a formação inicial de professores para a educação especial deve ser entendida como um processo contínuo e dialógico, que envolva não apenas conhecimentos teóricos, mas também valores éticos, políticos e principalmente práticos.

Além disso, deve estar articulada com a formação continuada dos professores em exercício, que também necessitam de atualização e aperfeiçoamento constantes para enfrentar os desafios da educação inclusiva.

Assim, espera-se que os professores formados sejam capazes de reconhecer e valorizar as potencialidades dos alunos com altas habilidades ou superdotação, bem como planejar e desenvolver práticas pedagógicas diferenciadas e desafiadoras para esses alunos, em parceria com os demais profissionais da educação.

## **5.2 Formação continuada**

A formação continuada é um processo de aprimoramento profissional que visa atualizar e ampliar os conhecimentos, as habilidades e as competências dos docentes

em diferentes áreas de atuação. No campo da educação, a formação continuada se torna um direito e um dever dos professores, que devem buscar constantemente se qualificar para atender às demandas e aos desafios da prática pedagógica (Santos *et al*, 2023).

Como os conhecimentos estão em constante aprimoramento no decorrer do tempo devido ao avanço das pesquisas na área de atuação, a formação continuada se torna imprescindível no decorrer da carreira do professor, para que seja possível estar ciente de novas estratégias de ensino ou até mesmo teorias mais atuais que tenham se destacado devido a sua relevância desde a formação do docente (Rodrigues, Lima e Viana, 2017).

A formação continuada permite aos professores acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade e que influenciam diretamente o cenário educacional. Como afirma Nóvoa (1992), os professores devem ser capazes de ler o mundo e interpretar os sinais dos tempos, para poderem responder às novas exigências e expectativas dos alunos, das famílias, da comunidade e do mercado de trabalho. Assim, a formação continuada possibilita aos professores se atualizarem sobre os avanços científicos, tecnológicos e culturais que impactam o conhecimento, a comunicação e a cultura.

A formação continuada é importante porque contribui para a valorização da profissão docente e do desenvolvimento profissional dos educadores. Como destaca Imbernón (2010), a formação continuada é um direito dos professores, que devem ter acesso a oportunidades de qualificação que atendam às suas necessidades e interesses.

Além disso, a formação continuada também é um dever dos professores, que devem assumir uma postura de compromisso com a sua profissão e com a sua aprendizagem ao longo da vida.

Dessa forma, a formação continuada favorece o reconhecimento social e profissional dos educadores, bem como o seu crescimento pessoal e coletivo. Ela também é importante porque promove a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos.

Como ressalta Freire (1996), os professores devem ser sujeitos de sua própria formação, buscando não só transmitir conhecimentos aos alunos, mas também aprender com eles e com a realidade. Nesse sentido, a formação continuada possibilita aos professores revisarem suas concepções e práticas pedagógicas,

incorporando novas metodologias, recursos e estratégias que favoreçam o processo educativo. Assim, a formação continuada beneficia não só os professores, mas também os alunos.

Finalmente, a formação continuada é importante porque estimula a construção de uma identidade profissional crítica, reflexiva e colaborativa dos professores. Como enfatiza Perrenoud (2002), os professores devem ser capazes de analisar sua própria prática, identificando seus pontos fortes e fracos, seus sucessos e dificuldades, seus saberes e lacunas. Além disso, os professores devem ser capazes de trabalhar em equipe, trocando experiências, ideias e projetos com seus colegas e outros profissionais da educação.

Desse modo, a formação continuada propicia aos professores se reconhecerem como agentes de transformação social e educacional que representa uma oportunidade de atualização, valorização, melhoria e construção profissional, que deve ser entendida como um processo permanente, bem como, deve estar articulada com as demandas e as realidades do contexto educacional em que os professores atuam.

A formação continuada deve ser vista como um investimento na qualidade da educação e na emancipação dos sujeitos envolvidos no processo educativo (Rodrigues, Lima e Viana, 2017).

## **6 DESAFIOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA TRABALHAR COM ALUNOS SUPERDOTADOS**

Adentraremos agora um terreno de análise mais profunda, dividindo nossos esforços em três frentes cruciais. Em primeiro lugar, exploraremos os desafios inerentes à identificação, atendimento e inclusão de alunos superdotados no contexto educacional. Examinaremos como a complexidade dessa tarefa muitas vezes desafia os sistemas convencionais de ensino.

Em seguida, direcionaremos nossa atenção para os desafios específicos enfrentados na formação continuada de professores, com foco na Educação Especial, considerando como a constante evolução das teorias e práticas requer um esforço constante de atualização por parte dos educadores.

Por fim, abordaremos práticas pedagógicas e estratégias inclusivas de ensino projetadas para nutrir e desafiar as mentes brilhantes dos alunos superdotados, destacando abordagens inovadoras que podem catalisar o desenvolvimento criativo e intelectual desses jovens talentosos.

### **6.1 Desafios para identificação, atendimento e inclusão dos superdotados**

Segundo o Conbrasd (2019), no Brasil, estima-se que cerca de 5% da população tenha algum tipo de alta habilidade ou superdotação, no entanto, esse público ainda enfrenta muitos desafios para ter suas potencialidades reconhecidas e desenvolvidas, especialmente no âmbito educacional.

Muitos professores não se sentem preparados para identificar e atender esses alunos, pois não receberam uma formação adequada sobre o tema. Segundo Rech, Negrini e Santos (2023), a formação inicial e continuada dos professores é frágil em relação aos conhecimentos sobre altas habilidades ou superdotação, pois os cursos de licenciatura não contemplam essa temática em seus currículos ou o fazem de forma superficial e insuficiente.

Além disso, os professores não dispõem de materiais e recursos pedagógicos adequados e diversificados para planejar e desenvolver práticas pedagógicas inclusivas que atendam às especificidades dos alunos com altas habilidades ou superdotação.



Desse modo, muitos desses alunos acabam sendo subestimados, desmotivados ou negligenciados na escola. A formação docente deve abordar aspectos teóricos e práticos sobre o conceito, as características, as necessidades e as formas de atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação, bem como estimular a reflexão crítica e a pesquisa sobre o tema, vez que ela é um fator essencial para a promoção da diversidade e da inclusão na escola, pois contribui para o reconhecimento e o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com altas habilidades ou superdotação.

A superdotação pode ser definida como uma condição neuroatípica genética que envolve habilidades excepcionais em áreas intelectuais, artísticas ou esportivas, uma vez que a condição de superdotado pode ser em áreas diversas (Moreira, 2012).

No entanto, a identificação ainda é um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes superdotados no país. Segundo a Agência Brasil, mais de 24 mil crianças são superdotadas, porém o número real pode ser muito maior, uma vez que a identificação desse segmento ainda é baixa.

Essa dificuldade, portanto, acarreta a exclusão de diversos alunos dos serviços especializados garantidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), o que conseqüentemente gera um desperdício de seus talentos.

A dificuldade na identificação dos alunos superdotados nas escolas decorre de diversos fatores, sendo um deles a ausência de método adequado para identificação deste público, uma vez que não existe no Brasil um sistema específico para a detecção de pessoas com altas habilidades ou superdotação. Assim, os superdotados são muitas vezes reconhecidos por familiares, por seus pares ou pela escola de forma não sistematizada e informal (Silva, Luz e Negrini, 2023).

O parágrafo único do artigo 59-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe que:

A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Passados, no entanto, 27 anos desde sua inclusão, esse regulamento previsto pela lei n. 9394/96 ainda não foi criado, o que demonstra que ainda há um grande

espaço a ser conquistado com ações práticas de conceitos já criados, embora ainda não tenham sido plenamente implementados.

Segundo Alves (2022), o Brasil atualmente utiliza o método de observação para identificar os alunos superdotados, baseando-se em sinais de precocidade e outras características indicadas pelo Ministério da Educação, tais como curiosidade intensa, vocabulário avançado, rapidez de raciocínio, liderança e autoconfiança, percepções acuradas, criatividade, entre outras. Desse modo, pode-se afirmar que o método de observação do professor consiste na detecção dos alunos que apresentam “pensamento divergente”.

No entanto, é importante ressaltar que os métodos observacionais são alvos de críticas por não permitirem que as variáveis estudadas sejam inferidas por meio da causalidade, o que não evidencia a relação de causa e efeito entre elas. Assim, os métodos puramente observacionais, como o que é utilizado atualmente para a identificação dos superdotados no Brasil, podem gerar erros nesse processo (Silva, Luz e Negrini, 2023).

Em outros países, como os Estados Unidos e a Austrália, existem sistemas de identificação diferentes. Nos Estados Unidos, o processo de identificação baseia-se em fatores como a observação. No entanto, há também a aplicação de testes padronizados e a avaliação psicológica, fazendo com que a identificação desse público seja baseada em evidências. Na Austrália, o processo é semelhante, uma vez que o programa *Jacob K. Javits Gifted and Talented Students Education Program* busca a identificação desses estudantes em práticas baseadas em evidências (Morsund, 2005).

Esclareça-se que as práticas baseadas em evidências são estratégias interventivas cientificamente eficazes que se referem à consideração e uso do conhecimento oriundo de áreas de pesquisa científica para fundamentar e subsidiar boas práticas em educação (Maia *et al*, 2020).

## **6.2 Desafios da formação continuada aplicada a Educação Especial**

A formação continuada é um processo de atualização e aperfeiçoamento profissional que visa atender às demandas e aos desafios da prática educativa em diferentes contextos e modalidades de ensino. No campo da educação especial, a formação continuada é essencial para que os professores possam desenvolver

competências para promover a educação inclusiva, que garante o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, respeitando suas diferenças e potencialidades (Silva, Luz e Negrini, 2023).

Em conta partida, a formação continuada, principalmente em se tratando da Educação Especial, oferece uma série de desafios tanto ao docente quanto ao indivíduo que possui altas habilidades ou superdotação.

Primeiramente, é importante destacar que a formação continuada dos professores para a educação especial está respaldada pela legislação e pelas políticas públicas brasileiras, que estabelecem diretrizes e orientações para o atendimento educacional especializado (AEE) aos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

Segundo o Ministério da Educação (2019), o AEE é um serviço da educação especial que complementa ou suplementa a formação dos alunos com necessidades educacionais específicas, por meio do desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade. O AEE deve ser realizado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

É preciso reconhecer que a formação continuada dos professores para a educação especial envolve a diversidade e a complexidade dos alunos público-alvo da educação especial, que apresentam características, necessidades e potencialidades singulares. Como afirma Kassir (2012), os professores devem estar preparados para lidar com as diferenças dos alunos, não apenas no aspecto cognitivo, mas também no afetivo, social e cultural. Dessa forma, a formação continuada deve possibilitar aos professores conhecerem as especificidades dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, bem como as estratégias pedagógicas adequadas para cada caso.

Outro ponto que é fundamental destacar é que a formação continuada dos professores para a educação especial deve estar articulada com sua formação inicial, garantindo uma continuidade e uma coerência entre os saberes teóricos e práticos adquiridos na graduação e na atuação profissional.

Por isso, é importante que a formação continuada seja planejada de acordo com as necessidades e os interesses dos professores, bem como com as características e os objetivos das escolas em que atuam.

É também necessário destacar que a formação continuada dos professores para a educação especial requer a construção de uma cultura de colaboração e reflexão entre os profissionais da educação, que possibilite o compartilhamento de experiências, ideias e projetos voltados para a educação inclusiva.

Para Rech e Negrini (2019), as práticas pedagógicas que envolvem alunos com superdotação devem levar em consideração as necessidades do aluno, uma vez que as necessidades educacionais de cada aluno com comportamentos de superdotação são diferentes. Nesse sentido, o planejamento das estratégias educacionais deve envolver o aluno, de preferência levando em consideração os seus interesses e conhecimentos prévios:

Certamente, ao ter um aluno com AH/SD em sala de aula será necessário planejar estratégias educacionais que venham ao encontro das habilidades presentes nesse aluno. Mas as práticas pedagógicas devem envolver o próprio aluno nesse processo, ouvindo o mesmo, articulando os interesses desse aluno com os conhecimentos prévios que ele já possui, para que na coletividade o conhecimento seja ampliado (Rech e Negrini, 2019, p. 493).

Os desafios da inclusão devem ser debatidos por toda a equipe escolar, envolvendo não só os professores do ensino regular e do AEE, mas também os gestores, os coordenadores pedagógicos, os orientadores educacionais e os demais funcionários. Além disso, é preciso estabelecer parcerias com outros profissionais da saúde, da assistência social e da família dos alunos público-alvo da educação especial (Rech e Negrini, 2019).

A formação continuada de professores para atender alunos superdotados é uma necessidade crucial, dada a complexidade desses alunos e os desafios enfrentados pelos professores. Esses desafios incluem a falta de cursos de formação, a desconexão entre políticas públicas e práticas pedagógicas, a escassez de pesquisa e recursos para atendimento adequado (Rech e Negrini, 2019). Para enfrentar esses problemas, diversas iniciativas foram desenvolvidas no Brasil:

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) oferece um curso de especialização em Educação para Superdotados e Talentosos, a distância desde 2009. Esse curso capacita profissionais da educação para identificar, orientar e atender alunos superdotados, com 360 horas de carga horária distribuídas em 12 disciplinas.

O Programa de Formação Continuada em Altas Habilidades ou Superdotação (PFCAHSD), da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, existe desde 2006. Este programa tem como objetivo formar professores da rede municipal para identificar e atender alunos com altas habilidades ou superdotação, com 120 horas distribuídas em quatro módulos.

A Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, oferece um curso de extensão em Educação para Alunos Superdotados desde 2015. Com 80 horas de carga horária, o curso aborda os fundamentos teóricos sobre superdotação, identificação, currículo, e metodologias para alunos superdotados.

Essas iniciativas refletem a diversidade e a relevância da formação continuada de professores para atender alunos superdotados no Brasil. O papel do professor é fundamental para criar oportunidades de aprendizagem que promovam o desenvolvimento integral desses alunos e contribuam para a formação de cidadãos críticos, criativos e comprometidos com a transformação social.

### **6.3 Práticas pedagógicas e estratégias inclusivas de ensino para superdotados**

Virgolim (2007), em “Encorajando Potenciais”, discute a importância de estimular o desenvolvimento intelectual e criativo dos jovens, diante dos desafios e transformações constantes da sociedade atual. O texto defende que os educadores devem incentivar os aspectos da personalidade, da autoconfiança e da determinação dos alunos, bem como proporcionar experiências de aprendizagem que envolvam manipulação, experimentação e elaboração de hipóteses.

Nesse sentido, Virgolim (2007, p. 15) entende que as práticas pedagógicas e estratégias de ensino aos superdotados “(...) devem estimular certos aspectos de sua personalidade que os permitam expandir seus talentos e aplicá-los em algum campo do conhecimento e da cultura”.

De maneira geral, Virgolim (2007) aponta a necessidade de mudanças na estrutura escolar, no currículo e nos programas educacionais, para atender às demandas dos alunos com altas habilidades ou superdotação, enumerando alguns dos problemas que a área da superdotação enfrenta na realidade educacional brasileira, como a falta de treinamento especializado, de materiais adequados, de

cursos específicos para docentes, sobre de técnicas de identificação e de pesquisas sobre essa população.

Para que a inclusão de alunos com altas habilidades ou superdotação seja efetiva, é preciso que a escola adote uma perspectiva pedagógica que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento integral dos alunos, respeitando suas características, interesses e potencialidades. (Mendonça, Rodrigues e Capellini, 2020)

Nesse sentido, algumas práticas pedagógicas inclusivas podem ser sugeridas, tais como: 1) Realizar uma avaliação diagnóstica dos alunos com altas habilidades/superdotação, utilizando diferentes instrumentos e fontes de informação, como testes de inteligência, observação do comportamento, entrevistas com pais e professores, portfólios de trabalhos etc.; 2) Elaborar um plano de atendimento educacional especializado (AEE) para os alunos com altas habilidades ou superdotação, em articulação com a sala comum e a família, definindo os objetivos, as estratégias e os recursos a serem utilizados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos.; 3) Proporcionar aos alunos com altas habilidades/superdotação oportunidades de enriquecimento curricular, que consiste em ampliar e aprofundar os conteúdos curriculares, oferecendo atividades desafiadoras, diversificadas e significativas para os alunos; 4) Oferecer aos alunos com altas habilidades/superdotação alternativas de aceleração de estudos, que consiste em permitir que os alunos avancem nos níveis de ensino de acordo com seu ritmo e capacidade de aprendizagem, respeitando os aspectos legais e emocionais envolvidos, entre outros (Anjos *et al*, 2013).

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas públicas brasileiras e a formação de professores têm avançado na abordagem das necessidades de alunos superdotados e com altas habilidades, mas ainda enfrentam desafios significativos a serem superados.

Hoje, o Brasil possui legislação que reconhece as necessidades educacionais especiais de alunos superdotados. Documentos como o Parecer CNE/CEB 17/2001 e a Resolução CNE/CEB Nº 2/2001 estabelecem diretrizes para a educação especial na educação básica, incluindo alunos com altas habilidades. A Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 define o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para esses alunos.

As políticas públicas enfatizam ainda a importância da inclusão destes alunos superdotados no contexto da educação inclusiva. Isso significa que a abordagem é de proporcionar a esses alunos a oportunidade de estudar junto com os demais, adaptando o currículo e as estratégias pedagógicas quando necessário. Fazendo com que seja possível desenvolver suas habilidades e potencialidades, sem que eles precisem renunciar à convivência e interação com outros alunos. Fator esse que pode potencializar ainda mais as habilidades já naturais do indivíduo com altas habilidades ou superdotação.

O Brasil reconhece também a necessidade de atendimento especializado para alunos superdotados, e para tanto, contou com a criação do Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEE). Isso demonstra o compromisso em oferecer suporte adequado às necessidades desses estudantes de acordo com as demandas que são específicas ao desenvolvimento de suas capacidades.

Além das legislações mencionadas, é importante destacar que o Brasil também é signatário de tratados internacionais que reconhecem a importância de atender às necessidades dos alunos superdotados. Acordos como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e a Declaração de Salamanca enfatizam a necessidade de proporcionar uma educação inclusiva e equitativa para todos os alunos, incluindo aqueles com altas habilidades.

Isso coloca o país em consonância com os padrões internacionais de proteção e promoção dos direitos educacionais das crianças superdotadas, reforçando o compromisso do Brasil com a inclusão e o desenvolvimento pleno de seu potencial humano. A legislação nacional e os tratados internacionais juntos estabelecem um

sólido alicerce para a promoção de uma educação de qualidade e acessível para todos os alunos, independentemente de suas capacidades excepcionais.

A formação inicial de professores no Brasil tem avançado na inclusão de disciplinas relacionadas à educação especial e inclusiva, abordando conceitos, políticas e práticas para alunos com altas habilidades. Este primeiro passo já é um grande avanço para garantir a inclusão desses alunos no contexto em que eles necessitam. Porém, de acordo com Pérez e Freitas (2011) Os cursos de pedagogia e as demais licenciaturas raramente incluem em seus conteúdos o tema Altas Habilidades/superdotação. Já os cursos de especialização em Educação Inclusiva ou Educação especial destinam uma carga horária muito limitada que não permite formar profissionais preparados para oferecer o atendimento educacional especializado a estes alunos.

No entanto, ainda é necessário garantir que todos os futuros professores recebam essa preparação de forma adequada. Atualmente, disciplinas que abordam essas temáticas ainda tem carga horária muito reduzida, bem como, agrupam uma série de outras necessidades especiais como: surdez, cegueira, autismo e outras, tornando assim praticamente inviável um aprofundamento em todas elas de forma satisfatória para preparar o profissional para as situações que ele encontrará em sala de aula.

Como discutido anteriormente neste trabalho, a formação continuada tem sido promovida como uma ferramenta para capacitar professores a lidar com a complexidade da educação especial, incluindo o atendimento a alunos superdotados. Isso inclui atualização sobre novas estratégias de ensino e teorias atuais.

Podemos elencar uma série de oportunidades de melhoria para promover uma educação inclusiva e eficaz para indivíduos com altas habilidades ou superdotação, por exemplo:

É fundamental criar e expandir a formação inicial para todos os futuros professores, não apenas aqueles que escolhem a educação especial como especialização. Isso garantirá que todos os educadores estejam preparados para identificar e atender alunos superdotados. Nesta formação inicial, é necessário incluir práticas e vivências quando possível a fim de trazer os professores um olhar mais apurado para identificar e saber como lidar com indivíduos que tenham altas habilidades ou superdotação.



Além da ampliação da formação inicial, é fundamental considerar a importância da formação continuada dos professores para lidar com as necessidades dos alunos superdotados de maneira eficaz. Os avanços na tecnologia e na pesquisa educacional também oferecem novas oportunidades para aprimorar a formação de educadores. A implementação de cursos online e recursos digitais interativos pode facilitar o acesso à capacitação, permitindo que professores em todo o país aprimorem suas habilidades no atendimento aos alunos superdotados.

A colaboração entre instituições de ensino superior, escolas e órgãos governamentais é fundamental para o sucesso dessas iniciativas de formação. Parcerias entre universidades e redes de ensino podem facilitar a disseminação de melhores práticas e a troca de conhecimento entre educadores experientes e novos profissionais. Além disso, a criação de espaços de discussão e compartilhamento de experiências entre professores que lidam com alunos superdotados pode enriquecer ainda mais a formação e promover a colaboração no desenvolvimento de estratégias eficazes de ensino.

A expansão da formação inicial e continuada, juntamente com a integração de tecnologia e a colaboração entre diferentes atores na educação, são passos essenciais para garantir que o Brasil continue avançando na promoção de uma educação inclusiva e eficaz para alunos superdotados. Essas ações não apenas beneficiarão os alunos superdotados, mas também contribuirão para a melhoria geral do sistema educacional do país.

É importante, também, investir na criação de materiais e recursos pedagógicos específicos para alunos superdotados, de forma a enriquecer seu aprendizado e estimular seu desenvolvimento. Um exemplo prático seria a criação de um programa de enriquecimento curricular para alunos superdotados. E embora a inclusão seja fundamental, é igualmente crucial oferecer desafios acadêmicos adequados ao potencial desses estudantes. Programas de enriquecimento podem incluir atividades extracurriculares, projetos de pesquisa e oportunidades de aprendizado independente, adaptados às habilidades individuais dos alunos. Essas iniciativas podem ajudar a evitar o tédio acadêmico e a desmotivação que alguns alunos superdotados enfrentam quando não são devidamente desafiados.

Além disso, a capacitação de equipes multidisciplinares nas escolas é um aspecto que merece atenção. A colaboração entre professores, psicólogos, pedagogos e outros profissionais da educação pode resultar em abordagens mais

holísticas e eficazes para atender às necessidades dos alunos superdotados. A troca de informações e a avaliação conjunta dos progressos dos alunos podem contribuir para um ambiente educacional mais adaptado e responsivo.

Por fim, a conscientização sobre a superdotação e a importância de atender às necessidades desses alunos também deve ser aumentada. Isso pode ser alcançado por meio de campanhas educacionais e programas de sensibilização, não apenas nas escolas, mas também na sociedade em geral. Quanto mais as pessoas compreenderem a superdotação e seus desafios únicos, mais apoio e compreensão esses alunos receberão, criando um ambiente mais inclusivo e propício ao desenvolvimento de seus talentos.

Portanto, ao abordar os desafios e oportunidades relacionados à educação de alunos superdotados no Brasil, é essencial considerar não apenas a formação de professores e a inclusão, mas também o desenvolvimento de programas de enriquecimento, a capacitação de equipes multidisciplinares e a conscientização pública. Essas medidas, quando implementadas de forma abrangente e coordenada, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento pleno dos alunos superdotados e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e diversificada.

Aprimorar os métodos de identificação de alunos superdotados é crucial para garantir que nenhum talento seja negligenciado. A implementação de métodos baseados em evidências, como testes padronizados e avaliações psicológicas, pode ajudar nesse processo (Silva, Luz e Negrini, 2023).

No que diz respeito a estes métodos de identificação de alunos superdotados, é crucial considerar abordagens múltiplas e abrangentes. Além dos testes padronizados e avaliações psicológicas, que podem ser ferramentas valiosas, a observação contínua e a avaliação do desempenho acadêmico ao longo do tempo também são fundamentais.

Professores e pais também desempenham papéis essenciais na identificação, uma vez que muitas vezes são os primeiros a perceberem as habilidades excepcionais de um aluno. Portanto, é importante promover a sensibilização entre educadores e pais sobre os traços comuns de superdotação e fornecer orientações claras sobre como identificar e apoiar esses alunos.

Além disso, a diversificação dos métodos de identificação pode ajudar a garantir que alunos superdotados de diferentes origens culturais e sociais não sejam

negligenciados, contribuindo assim para uma abordagem mais inclusiva, haja vista que cada indivíduo tem suas vivências, ambientes diferentes e até tipos de inteligência diferentes que devem ser potencializados de acordo com o seu perfil individual.

Neste sentido, estimular a pesquisa sobre superdotação e práticas pedagógicas eficazes para esses alunos é fundamental. Isso pode levar ao desenvolvimento de abordagens mais eficazes e à disseminação de melhores práticas.

Pode-se dizer, inclusive, que o fomento à pesquisa em superdotação deve ser uma prioridade no Brasil. Isso inclui apoiar estudos acadêmicos que investiguem não apenas as necessidades dos alunos superdotados, mas também práticas pedagógicas eficazes para os atender.

Além disso, incentivar a pesquisa aplicada, que busca traduzir as descobertas acadêmicas em estratégias práticas para o ambiente escolar, pode ser altamente benéfico. A colaboração entre instituições de ensino, pesquisadores e profissionais da educação pode promover um ambiente de pesquisa robusto e relevante.

Além disso, é importante compartilhar os resultados da pesquisa com os educadores, para que eles possam aplicar as descobertas em suas práticas diárias, beneficiando diretamente os alunos superdotados e gerando ainda um aprimoramento ou ainda expansão dessas técnicas.

Ressalto ainda que, a promoção de parcerias entre escolas, professores e as famílias dos alunos superdotados é essencial para criar um ambiente de apoio integral à educação desses estudantes.

Conforme abordado anteriormente neste trabalho, o envolvimento da família desempenha um papel crítico no sucesso dos alunos superdotados. E para promover uma parceria eficaz entre escolas, professores e famílias, é fundamental criar canais de comunicação abertos e transparentes.

As escolas podem organizar reuniões regulares para discutir o progresso dos alunos, compartilhar estratégias de apoio e ouvir as preocupações dos pais. Além disso, muitas vezes podem fornecer recursos educacionais e materiais de apoio para os pais os ajudando a entender as necessidades de seus filhos e a apoiar seu desenvolvimento fora da escola. A colaboração entre escola e família não apenas fortalece o apoio ao aluno, mas também cria um ambiente de aprendizado mais rico e inclusivo.

A inclusão de alunos superdotados deve ser tratada com sensibilidade, evitando estereótipos e assegurando que eles recebam a atenção necessária para alcançar seu potencial máximo.

Para aprimorar esta inclusão de alunos superdotados, é fundamental adotar uma abordagem holística que leve em consideração as diferenças individuais e as necessidades específicas de cada aluno. Isso significa evitar estereótipos e reconhecer que a superdotação pode se manifestar de maneiras diversas. Além disso, os planos de ensino individualizados devem ser implementados para garantir que cada aluno superdotado receba o suporte e os desafios adequados.

Professores também devem receber treinamento para adaptar suas estratégias de ensino e criar um ambiente inclusivo que promova o desenvolvimento pleno de todos os alunos. Ao mesmo tempo, é importante sensibilizar os colegas de classe para que compreendam e apoiem os alunos superdotados, criando um ambiente de aprendizado cooperativo e enriquecedor para todos.

Em resumo, embora tenha havido progressos na abordagem das necessidades de alunos superdotados no Brasil, ainda existem oportunidades significativas de melhoria para promover uma educação inclusiva e eficaz para esse grupo, incluindo uma formação mais ampla para professores, métodos de identificação aprimorados, investimento em recursos educacionais específicos e aplicação prática da legislação vigente que já prevê muitos dos direitos e ferramentas para trabalhar com esses indivíduos de altas habilidades/superdotação.

## 8 CONCLUSÕES

Neste trabalho, exploramos o impacto das políticas públicas brasileiras e da formação de professores na promoção da educação inclusiva de alunos superdotados e com altas habilidades. A análise detalhada das políticas vigentes e dos esforços para capacitar os educadores permitiu-nos chegar a algumas conclusões importantes sobre o estado atual da educação inclusiva no Brasil.

As políticas públicas brasileiras têm avançado na direção certa ao reconhecer as necessidades educacionais especiais de alunos superdotados. A existência de documentos como o Parecer CNE/CEB 17/2001, a Resolução CNE/CEB Nº 2/2001 e a Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 estabelecem diretrizes claras para a educação especial na educação básica, incluindo alunos com altas habilidades. Além disso, o compromisso do Brasil com tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e a Declaração de Salamanca, reforça a importância da inclusão de alunos superdotados.

A formação inicial de professores também tem avançado, incorporando disciplinas relacionadas à educação especial e inclusiva. Esse progresso é encorajador, pois equipa futuros educadores com o conhecimento necessário para identificar e atender alunos superdotados.

A formação continuada tem sido promovida como um meio eficaz de capacitar os professores para atender às necessidades dos alunos superdotados. A utilização de tecnologias e recursos digitais interativos na formação oferece oportunidades de aprendizado flexíveis e acessíveis a educadores de todo o país.

No entanto, ainda há oportunidades significativas de melhoria a serem consideradas:

É fundamental que na formação inicial a carga horária das disciplinas que tratam dos alunos com altas habilidades/superdotação seja expandida para todos os futuros professores, independentemente de sua área de especialização após a conclusão da graduação.

Isso garantirá que todos os educadores estejam preparados para identificar e atender alunos superdotados. A inclusão de práticas e vivências práticas pode enriquecer ainda mais essa formação, capacitando os professores a lidar eficazmente com indivíduos de altas habilidades.

Para garantir que nenhum talento seja negligenciado, é essencial diversificar os métodos de identificação. Além dos testes padronizados e avaliações psicológicas, a observação contínua e a avaliação do desempenho ao longo do tempo devem ser consideradas. Professores e pais desempenham papéis importantes na identificação e devem ser sensibilizados para identificar traços comuns de superdotação.

O fomento à pesquisa sobre superdotação e práticas pedagógicas eficazes é essencial. A pesquisa aplicada, que traduz descobertas acadêmicas em estratégias práticas, pode beneficiar diretamente os alunos superdotados e promover um ambiente de pesquisa robusto e relevante.

Promover parcerias entre escolas, professores e famílias é crítico. Canais de comunicação abertos e transparentes devem ser criados, e os pais devem receber recursos para apoiar o desenvolvimento de seus filhos fora da escola. A colaboração entre escola e família fortalece o apoio ao aluno e cria um ambiente de aprendizado mais inclusivo.

A inclusão de alunos superdotados deve ser abordada com sensibilidade, evitando estereótipos e garantindo que recebam a atenção necessária para alcançar seu potencial máximo. Planos de ensino individualizados devem ser implementados, e os professores devem receber treinamento para criar um ambiente inclusivo.

Podemos concluir que as políticas públicas e a formação de professores têm contribuído positivamente para o reconhecimento das necessidades dos alunos superdotados. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva e eficaz para esse grupo. O investimento em formação, diversificação dos métodos de identificação, pesquisa contínua, envolvimento da família e aprimoramento da inclusão são áreas-chave que requerem atenção para garantir que todos os alunos superdotados no Brasil tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo.

A coordenação de esforços entre todos os atores envolvidos na educação é essencial para alcançar esse objetivo e construir uma sociedade mais inclusiva e diversificada.

## 9 RECOMENDAÇÕES

Com base na análise das políticas públicas e da formação de professores para a educação inclusiva de alunos superdotados no Brasil abordada neste trabalho, apresento as seguintes recomendações:

Recomenda-se a expansão da carga horária nas disciplinas de formação inicial com foco em educação inclusiva para todos os futuros professores, incluindo também, práticas e vivências específicas para lidar com alunos superdotados. Além disso, é fundamental continuar promovendo a formação continuada, utilizando recursos digitais interativos para facilitar o acesso à capacitação em todo o país.

Recomenda-se ainda a diversificação dos métodos de identificação de alunos superdotados, incluindo observação contínua e avaliação do desempenho acadêmico ao longo do tempo. Professores e pais devem ser sensibilizados e orientados sobre como identificar traços comuns de superdotação.

Também é essencial promover e apoiar a pesquisa sobre superdotação e práticas pedagógicas eficazes. A pesquisa aplicada deve ser incentivada, e os resultados devem ser compartilhados com os educadores para aplicação prática em sala de aula.

Outra recomendação é a criação de canais de comunicação abertos e transparentes entre escolas e famílias. Além disso, fornece recursos educacionais aos pais ajudará a apoiar o desenvolvimento dos alunos superdotados fora da escola.

Para promover uma educação inclusiva e eficaz, é importante também implementar planos de ensino individualizados e fornecer treinamento aos professores para criar ambientes inclusivos que atendam às necessidades dos alunos superdotados.

Essas recomendações visam fortalecer o sistema educacional brasileiro, garantindo que todos os alunos superdotados tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo e contribuir para uma sociedade mais inclusiva e diversificada. A implementação eficaz dessas recomendações requer a colaboração de todos os envolvidos na educação, incluindo governos, instituições de ensino, professores, famílias e pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Amélia; CAPELLINI, Vera Lúcia. **Alunos talentosos: possíveis superdotados não notados.** Revista Educação, vol. XXVIII, n. 1, jan-abr, 2005, p. 45-64. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

ALVES, Bruna. **“Como descobri que meu filho é superdotado”: os indícios precoces de altas habilidades.** Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/08/22/como-descobri-que-meu-filho-e-superdotado-os-indicios-precoces-de-altas-habilidades.ghtml>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

ANJOS, H.P.; CAPELLINI, V.L.M.F.; RODRIGUES, O.M.P.R.; MELO, K.R.S.; RABELO, L.C.C.; ARAÚJO, M.A. **Práticas pedagógicas e inclusão: a sobrevivência da integração nos processos inclusivos.** Educação & Sociedade, v. 34, n. 123, p. 609 - 626, 2013.

ANTIPOFF, Cecília Andrade; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Superdotação e seus mitos.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 14, ed. 2, p. 301-309, Jul/Dez 2010.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 1, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: CNE, 2001b.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm). Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.611/2011. **Dispõe sobre a educação especial.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.



BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 4/2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRITO, Luana da Silva. A formação de professores na educação inclusiva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Gravatá, 2021

CONBRASD. **Conselho Brasileiro para Superdotação**. Disponível em: <https://www.conbrasd.org/>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

DEOS, Maristela Cernicchiaro; ROCHA, Maria Aparecida Marques da. **A gestão educacional com um olhar para as altas habilidades/superdotação**. Revista Diálogos e Diversidade, v. 3, 2023.

FELDHUSEN, John F.; DAI, David Yun. **Gifted students' attitudes and perceptions of the gifted label, special programs, and peer relations**. Journal of Secondary Gifted Education, v. 9, n. 1, p. 15-20, 1997.

FERREIRA, Any Caroline; ARRUDA, Sergio de Mello; PASSOS, Marinez Meneghello. **Altas habilidades/superdotação: o que se publica a respeito?** Revista Eletrônica Debates Em Educação Científica E Tecnológica, v. 13, n. 1

FRAGA, Maria Amélia Barcellos; GOMES, Vitor. **Fenomenologia e altas habilidades/superdotação: políticas públicas, metodologia e pesquisas**. Vitória, ES: Edufes, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARDNER, H. Frames of mind: the theory of multiple intelligences. New York: Basic Books. 1983.

GARDNER, H. Inteligência: um conceito reformulado. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2010.

JAVITS, Jacob K. Jacob K. Javits gifted and talented students education program.

KASSAR, M. C. M. **Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade**. Educação e Sociedade, v. 33, n. 120, p. 715-730, 2012.

MAIA, Samia Darcila Barros; PONCE, Keegan Bezerra; SOUZA, Cleverton Jose Farias de; FERREIRA, Lúcio Fernandes. **Educação inclusiva baseada em evidências: uma revisão de literatura**. Congresso Nacional de Educação.

MENDONÇA, Lurian Dionízio; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho. **Alunos com altas habilidades/superdotação: como se**

**veem e como são vistos por seus pais e professores.** *Educar em Revista*, v. 36, 2020.

MONTEIRO, Maria Inês Bacellar; AMARAL, Mateus Henrique do. **Educação para e com todos no Brasil: desafios e possibilidades.** In: SERRÃO, Jacinto; GONÇALVES, Maria Neves; BRÁS, José; BRACONS, Hélia; CABRAL, Arlinda. **Humanismo e desafios de cidadania.** Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED) Universidade Lusófona. ed. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2023. cap. 6, p. 64-74. ISBN 978-989-757-232-6.

MOREIRA, Fátima da Silva Nunes. **Altas habilidades na escola pública: um estudo acerca dos espaços educacionais.** 2018. 41 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, Miracema do Tocantins, 2023.

MOREIRA, Laura Ceretta. **Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação.** Curitiba: Juruá, 2012.

MOURSUND, David G. **Introduction to information and communication technology in education.** D. Moursund, 2005.

NÓVOA, A. **Os professores e as histórias da sua vida.** In: NÓVOA, A. (org.) **Vidas de professores.** Porto: Porto Editora, 1992. p. 11 - 30.

OLIVEIRA, Carla Sant'Ana de; VESTENA, Carla Luciane Blum; CRISTO, Leandro Cordeiro. **Conflitos sociais: a perspectiva de estudantes com indicativos de altas habilidades/superdotação em situação de vulnerabilidade humana.** *Revista diálogos e perspectivas em educação especial*, São Paulo, v. 10, ed. 1, p. 91-106, 2023.

PÉREZ, S. G. P. B.; FREITAS, S. N. **Encaminhamentos pedagógicos com alunos com Altas Habilidades/ Superdotação na Educação Básica: o cenário brasileiro.** Curitiba: Editora UFPR. *Educar em revista*, n. 41, p. 109-124, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/hv87YLFWx6BGY7C8JCNqWjP/#> Acesso em: 20 de dez. de 2023.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

RECH, A. J. D.; NEGRINI, T. **Formação de professores e altas habilidades/superdotação: um caminho ainda em construção.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 485–498, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14i2.11080.

RECH, Andréia Jaqueline Devalle; NEGRINI, Tatiane; SANTOS, Joseane Oliveira dos. **Enriquecimento curricular como prática pedagógica para alunos com altas habilidades/superdotação: uma possibilidade de inclusão escolar.** *Revista Teias*, v. 24, n. 72, jan/mar. 2023.

RENZULLI, Joseph S. **O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos.** Revista Educação, vol. XXVII, n. 52, jan-abr, 2004, p. 75-131. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RODRIGUES, Polyana Marques Lima; LIMA, Willams dos Santos Rodrigues; VIANA, Maria Aparecida Pereira. A importância da formação continuada de professores da educação básica: a arte de ensinar e o fazer cotidiano. Saberes docentes em ação, v. 3, n. 1, p. 28-47, 2017.

SANTOS, Hernani Pereira dos; SCAPELLATO, Eliane Akiyama; SILVA, Eliza Galo; CASCARDO, Geyza Machado; TANAKA, Eliza Dieko Oshiro. **Altas habilidades/superdotação: criação de material informativo para professores.** Congresso Internacional de Psicologia “Psicologia: de onde viemos, para onde vamos?”, Anais V, Universidade Estadual de Maringá.

SEESP/MEC, Secretaria de Educação Especial – MEC, **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação.** 2006. Coordenação geral SEESP/MEC. [2. ed.]. Brasília 143p. 2006.

SILVA, Aline Russo; LUZ, Renata Vanin da; NEGRINI, Tatiane. **A identificação de Altas habilidades/superdotação (AH/SD) no âmbito escolar.** Revista diálogos e perspectivas em educação especial, São Paulo, v. 10, ed. 1, p. 91-106, 2023.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021.

STERNBERG, R. J. Beyond IQ: A Triarchic Theory of Human Intelligence. Cambridge: Cambridge University Press. 1985

TORRES, J. P.; MENDES, E. G. **Atitudes sociais e formação inicial de professores para a educação especial.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 25, n. 4, p. 589-606, 2019.

VIRGOLIM, Angela M R. **Altas habilidades/superdotação: encorajando potenciais.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.